

**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente, acadêmicos do curso de Direito da Uniderp que visitam a Assembleia Legislativa! Sejam muito bem-vindos! Bom dia, todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Trinta e Sete da Trigésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidas as seguintes proposições: Ofício nº 1.262/2026, da Presidência da República; e-mails, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 15/2026, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ofícios nºs 12.6840 e 12.7432/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Processo nº 00026145-12.2026.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 149/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 50.038/26, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 100/2026, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 59.658, 60.046, 60.058, 60.083, 60.113, 60.118, 60.331, 60.334, 60.337, 60.340, 60.346 e 60.482/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; e-mail, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Mara Caseiro, Pedro Kemp, João Henrique, Gerson Claro, Zeca do PT, Roberto Hashioka, Paulo Duarte, Junior Mochi, Caravina, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Lidio Lopes e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Londres Machado, Neno Razuk, Jamilson Name e Marcio Fernandes. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 305/2023, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Lei nº 93/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 295/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Alessandro Menezes de Souza, em razão de sua nomeação para o cargo de secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (Setesc), no*

*âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à senhora Giovana Correa Ferreira, em razão de sua nomeação para o cargo de secretária-adjunta da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (Setesc); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada ao Projeto Porãbask, da cidade de Ponta Porã, na pessoa do professor Hugo da Costa, em reconhecimento ao trabalho realizado com os 'Meninos do Terrão' e à conquista do time como campeão dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) Sub-18 de Basquetebol 2026, garantindo a vaga para representar o Brasil no Mundial da Categoria, que acontecerá em Zlatibor, na Sérvia, entre os dias 13 e 22 de junho deste ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros (Garras), na pessoa do delegado Hoffman D'avilla e à equipe de apoio de policiais civis de Coxim, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso, em reconhecimento à atuação estratégica no enfrentamento da criminalidade organizada, notadamente no âmbito da 'Operação Leviatã', e à ofensiva de facções criminosas no território estadual; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor José Carlos de Brito, diretor da Escola Estadual Nova Itamarati, e aos colaboradores da escola, no distrito de Nova Itamarati, Ponta Porã, pela excelência na direção das atividades e dos projetos sociais nas áreas de violão, tênis de mesa, capoeira, música e horta escolar, sendo referência em ensino, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em educação profissional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, ao senhor Jucélio Salmazo, diretor da Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva, e aos colaboradores da escola, no distrito de Nova Itamarati, Ponta Porã, pela excelência na direção das atividades e dos projetos sociais, tais como: A Geometria na Horta Mandala, A Biologia na Composteira, A História no Resgate das Raízes Camponesas e A Química na Pureza do Mel das Abelhas sem Ferrão, Sistema de Agroflorestas, Ervas Medicinais e o Relógio do Corpo Humano, promovendo educação social e ambiental para os alunos; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Neno Razuk, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Jamilson Name, Zé Teixeira, Zeca do PT e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de maio do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados e todos aqui presentes! Expediente da Sessão Ordinária de 6 de maio de 2026: Ofício nº 2.582/2026, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 845/2026); Ofício nº 1.689/2026, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4046/2026); Ofício nº 826/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 632/2026); e-mail, do transfere.gov.br, encaminhando Transferência Especial — Notificação de alteração no Plano de Trabalho — Plano de Ação 09032026-93660, Plano de Ação 09032026-93379,

Plano de Ação 09032026-92622, Notificação (Prot. nºs 1141, 1142, 1143/2026); e-mail, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nºs 1138, 1139, 1140/2026); Ofícios nºs 59.899, 60.032, 60.035, 60.080, 60.086, 60.089, 60.100, 60.622, 60.628, 60.631, 60.634, 60.640, 60.643 e 60.646/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e requerimentos dos deputados Zeca do PT, Mara Caseiro, Gleice Jane, Antonio Vaz, Junior Mochi, Renato Câmara, João Henrique, Caravina, Pedrossian Neto e Zé Teixeira. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - União Brasil) — Registramos e agradecemos a presença dos alunos do curso de Direito da Uniderp Campo Grande que, a convite do deputado Junior Mochi, nos visitam hoje. Eles estão acompanhados pelo professor doutor Thiago Bandeira. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis! Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Eu trago um projeto de lei. Dispõe sobre a ampliação do prazo de parcelamento dos custos de extensão de rede de energia elétrica em áreas rurais, além dos limites do atendimento ordinário, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica assegurado aos consumidores localizados em áreas rurais do Estado de Mato Grosso do Sul onde não exista rede de distribuição de energia elétrica compatível com atendimento regular o direito ao parcelamento ampliado dos custos de extensão de rede, quando tais custos forem de sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável. Artigo 2º - Para fins desta lei, considera-se a área rural sem rede próxima aquela em que a rede de distribuição existente se encontre em uma distância superior aos limites técnicos de atendimento ordinário em relação ao ponto de entrega da unidade consumidora, conforme normas da concessionária e da regulamentação vigente. Artigo 3º - A concessionária de distribuição de energia elétrica deverá oferecer ao interessado a possibilidade de parcelamento do custo de extensão de rede elétrica em, no mínimo, doze parcelas mensais iguais ou sucessivas, salvo por solicitação expressa do consumidor. Parágrafo 1º - Parcelas poderão ser atualizadas exclusivamente por índice oficial de inflação, sendo vedada a cobrança de juros remuneratórios. Artigo 4º - O parcelamento aplica-se exclusivamente aos casos em que: 1 - o imóvel esteja localizado em área rural; 2 - onde exista rede de energia elétrica em distância compatível com o atendimento ordinário até o ponto de entrega da unidade consumidora. Justificativa: o presente projeto de lei tem como objetivo promover a ampliação do acesso à energia elétrica em áreas rurais, mediante a ampliação do prazo de parcelamento dos custos de extensão de rede, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões. O fornecimento de energia elétrica constitui serviço essencial e de utilidade pública, sendo condição indispensável para a dignidade da pessoa humana e para a efetivação de direitos fundamentais com saúde, moradia e educação, especialmente no meio rural. Todavia, embora se reconheçam os avanços na eletrificação rural no Estado de Mato Grosso do Sul, ainda persistem situações em que a propriedade se encontra distante da rede de distribuição, além dos limites de atendimento ordinário até o ponto de entrega, o que demanda a realização de obras de extensão de elevado custo.

Nesse contexto, o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que os serviços públicos devem ser prestados de forma adequada, eficiente, segura e contínua, cabendo ao poder público e às suas concessionárias assegurar tais condições aos usuários. Não obstante a concessionária de distribuição de energia elétrica executar as obras, nota-se que o modelo de parcelamento atualmente praticado é, muitas vezes, restrito a poucas parcelas e incompatível com a realidade econômica de grande parte dos consumidores rurais. O presente projeto de lei busca corrigir essa distorção, assegurando que os custos de extensão da rede elétrica, quando atribuídos ao consumidor, possam ser parcelados em prazos mais adequados, promovendo maior acessibilidade, justiça contratual e inclusão energética. Cumpre destacar, ainda, que o Estado possui competência concorrente para legislar sobre direito do consumidor, conforme disposto no artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, sendo legítima a adoção de medidas que visem à proteção e ao equilíbrio nas relações de consumo envolvendo serviços públicos essenciais. Diante do exposto, a presente proposição busca garantir mais efetividade ao acesso à energia elétrica no meio rural, reduzindo desigualdades regionais e fomentando o desenvolvimento sustentável." Esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto. É só, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e pela Rádio ALEMS! Quero cumprimentar, de modo especial, os alunos do curso de Direito da Uniderp aqui presentes. Hoje eles acompanharam a sessão da CCJR e agora, a convite do deputado Junior Mochi, estão acompanhando a Sessão Ordinária. Sejam bem-vindos! Eu trago hoje uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Laticínio Iguaçu, pela conquista da medalha de ouro no 4º Mundial do Queijo e Produtos Lácteos, realizado na cidade de São Paulo, com o produto manteiga com alho da marca Granado. O evento, considerado um dos mais importantes do segmento lácteo mundial, reuniu aproximadamente 2.800 produtos inscritos, bem como representantes de trinta e seis países, entre eles França, Itália, Alemanha, Polônia, Argentina e Índia, evidenciando elevado nível técnico. Em meio a fabricantes de diversas regiões do Brasil e do exterior, o laticínio destacou-se ao conquistar a medalha de ouro na categoria manteiga, com o produto manteiga com alho da marca Granado, resultado que demonstra a excelência, a dedicação e o comprometimento de toda a equipe envolvida no processo de produção. A conquista engrandece Mato Grosso do Sul, fortalece a indústria regional e evidencia a capacidade dos produtores sul-mato-grossenses de competir e alcançar reconhecimento no cenário internacional. A Assembleia Legislativa reconhece a importância dessa conquista e parabeniza o laticínio pelo destaque alcançado, desejando a continuidade do sucesso e novos avanços em sua trajetória. Presidente, aquele pequeno laticínio de Bataguassu, que produz a manteiga com alho, foi para uma disputa mundial com vários laticínios e várias empresas do Brasil e do exterior, e conquistou o primeiro lugar, elevando o nome de

Bataguassu, de Mato Grosso do Sul e do Brasil no cenário mundial. Esta moção de congratulação, feita pela Assembleia Legislativa, é uma forma de homenagear e incentivar o laticínio, para que ele continue trabalhando com excelência, fazendo produtos de qualidade e elevando o nome do nosso estado nos âmbitos nacional e mundial. Eu trago, também, uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Fabrício de Oliveira Galvão, solicitando que sejam adotadas providências urgentes na rodovia BR-376, especialmente no trecho compreendido entre os municípios de Jateí e Vicentina, em razão do significativo aumento da presença de animais às margens da via e sobre a pista de rolamento, situação que eleva consideravelmente o risco de acidentes e compromete a segurança dos usuários da BR. Esse pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela vereadora Suzi, vice-presidente da Câmara de Jateí. A quantidade de atropelamentos que vêm acontecendo no trecho é grande, por isso estamos pedindo providências. Aí os técnicos do Dnit vão analisar o caso e tomar a melhor decisão. Pode ser o cercamento da região, uma passagem de nível, enfim. Mas algo deve ser feito para reduzir os atropelamentos. Além da questão ambiental, da morte de animais silvestres, há os acidentes, que acabam se tornando graves, principalmente quando envolvem animais de maior porte, como antas. Isso tudo tem preocupado a população de Jateí, da região de Vicentina. Nós estamos transformando esta indicação em nome da Casa. Esperamos que o Dnit tome as providências necessárias o mais rápido possível. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi, por inversão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, todos que nos prestigiam aqui, imprensa, servidores da Casa e todos que nos assistem pela TV Assembleia, bom dia! Cumprimento, de modo especial, os acadêmicos de Direito da Uniderp. É uma satisfação recebê-los aqui. Eles estiveram hoje conosco na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e agora participam da Sessão Plenária. Senhor presidente, eu trago duas moções. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial à Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros, com apoio da Delegacia Regional de Coxim, da Polícia Militar e da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), extensiva a todos os delegados, investigadores, policiais militares, policiais penais e demais profissionais envolvidos na exitosa deflagração da Operação Leviatã, voltada ao enfrentamento da atuação de organização criminosa em Coxim e região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao policial penal Jean Carlos Cunha, diretor do Estabelecimento Penal Masculino de Coxim, extensiva a todos os policiais penais, servidores e colaboradores que integram a referido unidade prisional, em reconhecimento aos relevantes e notórios serviços prestados à segurança pública, ao fortalecimento da disciplina institucional e à gestão

eficiente no âmbito de Coxim. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero fazer uma indicação, de modo reiterado — indicação esta já apresentada pela terceira vez —, agora ao secretário de Estado de Administração, senhor Roberto Gurgel, solicitando que envie as informações requeridas no tocante ao superendividamento dos servidores públicos por conta de empréstimos consignados. Nós solicitamos o rol de bancos, as taxas de juros e quais são os valores cobrados. Já fizemos a solicitação, já a reiteramos, e estou fazendo novamente, verbalmente, esta solicitação de informações ao secretário, a fim de que possamos estudar junto com o Fórum dos Servidores alternativas para reduzir este problema. Os servidores, só de empréstimo consignado, possuem uma dívida superior a 7 bilhões de reais — o que equivale a mais de dez folhas de pagamento. Portanto, nós precisamos atuar em conjunto para encontrarmos alternativas para melhorar a situação de servidores que devem hoje cerca de 90% do que recebem — isso só em empréstimos consignados. A situação é insustentável. Precisamos tomar providências. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Aproveito para dar as boas-vindas aos jovens alunos do curso de Direito da Uniderp. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa! Eu trago uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Adolfo Fazecas Mariano, falecido no dia 3 deste mês, aos setenta e três anos de idade. Adolfo era engenheiro civil, trabalhou no Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul, antigo Dersul, foi residente aqui na Primeira Residência Rodoviária, em Campo Grande, e contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da infraestrutura estadual. Por seu comprometimento, ética e dedicação à profissão, deixa um legado digno de reconhecimento. O senhor Adolfo deixa sua esposa, a senhora Maria Lúcia Maria Mariano, os filhos Gisele, Leandro e Letícia, e os netos Augusto, Melissa, Luciano e Henrique, aos quais expressamos nossos mais sinceros sentimentos de solidariedade neste momento de dor. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, vou apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que

seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, solicitando a retomada e continuidade das obras de pavimentação asfáltica da rodovia MS-165, no trecho que liga Coronel Sapucaia a Ponta Porã. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja ao senhor Rodrigo Perez e aos senhores deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando gestão para viabilização de recursos federais, visando à aquisição de gerador de energia elétrica, a fim de atender à demanda do Hospital Darci João Bigaton, no município de Bonito. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, em caráter reiterativo, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica e implantação de galeria pluvial e rede de esgotamento sanitário em vias públicas do distrito de Panambi, no município de Dourados. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, solicitando o direcionamento de recursos da União, visando à realização de manutenção preventiva e corretiva e à implantação de implementos agrícolas para atender à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Sedema) do município de Douradina. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores, solicitando o direcionamento de recursos da União, visando ao forramento e à climatização do Barracão da Agricultura Familiar Jesus Ademar Caetano, localizado no município de Douradina. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores, solicitando direcionamento de recursos financeiros visando à aquisição de tendas, jogos de mesa com cadeiras e sistema de som completo de médio porte, a fim de atender às feiras comunitárias e eventos da agricultura familiar, também no município de Douradina. Só isso, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu peço licença para fazer um comunicado urgente e importante. O Conselho Monetário Nacional publicou uma resolução, deputado Pedro Kemp, determinando que a concessão de crédito rural passa a ser vinculada à consulta prévia às bases oficiais de monitoramento ambiental, especialmente no que se refere ao desmatamento e à preservação da reserva legal. As instituições financeiras, senhor presidente e senhores deputados, ficam obrigadas a atender — antes de tudo, da concessão do empréstimo ao agro — aos pressupostos desta resolução do Conselho Monetário Nacional. E o que me chama a atenção, senhor presidente, senhores deputados e meu querido Zé Teixeira, é que uma resolução do Conselho Monetário Nacional dessa envergadura, exigindo o óbvio — que a fazendeirada, para contrair empréstimo, cumpra com a preservação da reserva legal —, ensajou

desespero no meio da fazendeirada, e a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) imediatamente interpôs recurso à Suprema Corte, pedindo para que a resolução seja desconsiderada. Cabe a este Parlamento fiscalizar o cumprimento da resolução, até porque o que eu mais ouço da boca da Teresa Cristina, do governador e desse pessoal que representa o agro é que, se há quem cumpra a legislação e se preocupe com a preservação ambiental, esses são os latifundiários. Eu pergunto: por que o medo de uma resolução tão óbvia e importante como essa? Fica esse registro, portanto, senhores deputados. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, contrariando o meu colega fazendeiro Zeca do PT, quero dizer o seguinte: nós estamos conversando, atualmente, sobre o Recupera 2, que está usando o recurso do Fundo de Garantia dos funcionários; e sabe quem o Governo está beneficiando com isso? O banqueiro! Por quê? Porque, quando eles usarem o Fundo de Garantia, vão pagar a conta direto para o banco. Então, independentemente de qualquer coisa, quem está sendo privilegiado são os banqueiros. Agora, eu sou contrário a essa resolução de que o deputado Zeca do PT fala — e eu vou, com a permissão dele, substituir o termo 'fazendeirada' por 'produtor rural', independentemente do tamanho, porque a resolução não faz distinção quanto ao porte do produtor atingido pela exigência —, porque isso, senhor presidente, nada mais é do que reflexo de um país que gasta mais do que arrecada, e os bancos estão todos quebrando.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado, diga: "Mais de quatro..."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, vamos garantir a palavra para o deputado, assim como eu garanti a palavra a Vossa Excelência... Não tem aparte.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Desculpe!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, independentemente disso, eu acho que vai quebrar o Banco do Brasil, já quebrou os Correios, vai quebrar a Caixa Econômica. Então, essa resolução é só para dizer para o povo: "Ó, eu desmatei um pedacinho de mata". Isso para não conceder o financiamento... Existe uma lei, existe o Código Florestal, deputado, e só o Brasil tem que preservar: aqui, 20%; lá no Norte, 50%; e lá no Nortão, 80%. O senhor compra 100% da área e preserva, para o pulmão do mundo, 80%; paga 100% e só usa 20%. Mais para baixo, o senhor paga 100% e só usa 50%. Aqui nós pagamos tudo, não ganhamos nada, e temos que preservar 20%. Então, quem estiver dentro da lei e cumprir o que determina o Código Florestal... Para que serve a resolução de preservação do meio ambiente? É igual ao caso da JBS lá no Norte. Ela disse que quem desmatou não tinha o direito de vender o boi para a empresa dela. Então, o produtor vendia

a carne para terceiro, a JBS comprava a carne mais barata do terceiro e exportava a carne do lugar que desmatava. Olha, se este Brasil não entrar em ordem, todos nós vamos quebrar juntos: pobre, classe média e rico. Eu nunca vi uma economia tão desorganizada como está a do Brasil. Muito obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu não quero que vire debate. Vou lhe conceder um minuto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência é um homem situado no tempo. Ontem eu publiquei, no nosso WhatsApp da Assembleia, uma matéria do Fundo Monetário Internacional. Segundo o Fundo Monetário Internacional, o Brasil dará um salto na economia e será uma potência mundial. Portanto, as alegações da fazendeirada, que Vossa Excelência representa, estão absolutamente equivocadas. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Nós não podemos chegar aqui e dizer "essa deputada..."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Fazendo jus ao nosso lema de que o diálogo resolve tudo. [Discussões fora do microfone]... Que coisa boa! Deputado Zeca do PT e deputado Zé Teixeira, Mato Grosso do Sul é exemplo no que tange ao carbono neutro. E nós estamos remunerando aqueles que preservam e que cuidam. Esta é a política moderna: preservação equilibrada com desenvolvimento. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, quero fazer uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro da Agricultura e Pecuária, senhor André Carlos Alves de Paula, solicitando, em caráter de urgência, a adoção de medidas para agilizar e autorizar a importação de vacinas contra clostridioses, especialmente para o carbúnculo sintomático, diante da grave escassez do produto no mercado nacional. Essa doença se alastra, por isso, é preciso ter quantidade adequada de vacina. O produtor rural vem sofrendo nesse sentido porque, nas lojas de produtos veterinários, não há o produto. Então, ele tem de ir a outro estado para comprar, e também não acha. Muitas vezes, tem de comprar até de outros países, porque está em falta no mercado interno. Ora, como ficar sem uma vacina fundamental para o desenvolvimento da pecuária do nosso estado? Essa doença pode inviabilizar a pecuária sul-mato-grossense. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência está pedindo remédio de graça para a fazendeirada?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Não. É para o produtor comprar. Não tem vacina no mercado nem para o produtor comprar, Zeca. Esse é o problema. O Ministério da Agricultura não comprou a matéria prima para produção da vacina.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Até no remédio o agro quer...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores, nós não podemos interferir na fala do colega a todo momento. Vamos garantir a palavra de cada um. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Depois, vamos encerrarmos este expediente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Primeiro, eu quero parabenizar o meu colega Renato Câmara, que é qualificado na área. Segundo, deputado, ninguém está pedindo remédio de graça. Os produtores rurais querem comprar; está faltando a vacina de carbúnculo no mercado. O senador Nelsinho Trad acabou de ligar para mim, e eu disse-lhe que vou me informar. A indicação de Vossa Excelência trouxe a esta Casa a informação de que está faltando a vacina de carbúnculo. Então, eu vou ligar agora para o senador e vou passar a situação para ele. Aí ele vai tomar as providências necessárias e fazer um pronunciamento lá no Senado. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Posso falar, presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Antes de ler minhas indicações, eu quero fazer um registro importante, deputado Zé Teixeira, representante do agronegócio nesta Casa. Quem mais incentiva o agronegócio aqui no Brasil é o governo do presidente Lula, que investiu 516 bilhões de reais no último Plano Safra, para beneficiar a agricultura de negócios e a agricultura familiar. Ele direcionou 516 bilhões de reais para dar uma força, para incentivar e impulsionar a produção do agronegócio aqui no Brasil. Este é o governo que coloca o Brasil no rumo certo! Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Irma Ribeiro de Almeida Silva, localizada no município de Nova Andradina. Nós recebemos essa reivindicação de representantes da escola, que alegaram que as condições estruturais da unidade se encontram precárias, sendo necessária a reforma urgente. Há relatos da comunidade escolar, principalmente de pais e responsáveis, quanto à situação preocupante da infraestrutura, que inclui problemas na rede elétrica, o que representa risco à segurança dos alunos, professores e demais servidores. Além disso, o estado de conservação do prédio tem gerado insegurança e insatisfação, sendo que alguns responsáveis já manifestam a intenção de retirar seus

filhos da unidade escolar em razão das condições atuais. Ressalta-se que a escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes, devendo oferecer condições adequadas, seguras e dignas para o processo de ensino-aprendizagem. Então, diante da gravidade da situação da escola, é urgente a reforma geral. Por último, uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), solicitando a regularização da rede de abastecimento e distribuição de água nas aldeias Taquara e Jarara, no município de Juti. As comunidades indígenas estão enfrentando dificuldades no acesso regular à água potável — um direito básico e essencial à dignidade humana. Relatos apontam falhas no abastecimento e na distribuição de água, o que compromete as condições de saúde, higiene e qualidade de vida dos moradores, impactando diretamente suas atividades cotidianas fundamentais. A irregularidade no fornecimento de água expõe as famílias a situações de vulnerabilidade, podendo acarretar riscos sanitários e proliferação de doenças, principalmente entre crianças e idosos. Então, estamos aqui fazendo esse apelo ao Dsei. Esta é mais uma solicitação da querida Andreia Tobias, vereadora de Juti. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique. Logo depois, nós vamos encerrar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu quero apenas fazer uma indicação, levando em consideração que o nosso ex-presidente Bolsonaro, sempre que viajava, ficava em instalações militares e não utilizava, muitas vezes, o cartão corporativo para isso. O Lula disse no debate que ia acabar com esse negócio de decreto de cem anos, e decretou sigilo sobre os gastos do seu cartão corporativo. Então, aproveitando que ele está indo aos Estados Unidos, quero fazer uma indicação ao Trump. Vamos pedir para ele hospedar o Lula em instalações militares, junto com o amigo dele, o Maduro. Fica essa indicação ao presidente Donald Trump. Sei que ele vai nos ouvir. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ciúme! Olha o ciúme! Lula lá... O Lula vai...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: duas indicações (Prot. nºs 01171/2026, 01170/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 01173/2026, 01172/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 1175/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01174/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de congratulação (Prot. nº 01169/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01159/2026, 01158/2026, 01157/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 01161/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 1135/2026, 1134/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 01137/2026, 1136/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de resolução (Prot. nº 1145/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: cinco indicações (Prot.

nºs 01166/2026, 01165/2026, 1160/2026, 01164/2026, 1163/2026); um requerimento (Prot. nº 1148/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 1149/2026, 01162/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01147/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 1167/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: seis indicações (Prot. nºs 1155/2026, 01154/2026, 1153/2026, 01152/2026, 1151/2026, 01150/2026). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de dezesseis minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, não serão necessários dezesseis minutos. Quero apenas falar da visita que fiz esta semana ao município de Nova Alvorada do Sul. Eu fui acompanhar o presidente do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, o assessor do Vander Loubet e o assessor do deputado Zeca do PT. Eles foram entregar um documento às pessoas que trabalham na terra e que foram assentadas. Agora, eu corriji o meu amigo Zeca do PT, quando ele disse "fazendeirada", porque não é esse o termo que se usa para se referir a quem trabalha e produz, independentemente do tamanho da propriedade da pessoa. Eles são produtores rurais, certo? Quem produz um pé de alface e quem produz milhões de toneladas de soja são igualmente produtores. Quem produz milhões de toneladas de soja emprega muita gente, tanto no campo quanto na cidade, ao fabricar as máquinas. E a maior tecnologia hoje do mundo na agricultura é a nossa. Quando se fala de um decreto em que, para contrair financiamento, é preciso dar satisfação à Marina Silva, muito me entristece. A Marina Silva não entende de preservação para o pulmão do mundo, meu colega Coronel David. Parece que ela não mora no Brasil, parece que ela mora na Europa. O Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente. O Brasil é o único país do mundo que exige que o produtor pague 100 e preserve 20, dependendo da região em que mora, sem ganhar nada. Em alguns lugares, você compra 100, paga 100 e preserva 50, em parte do Norte; e lá no Norte, você compra 100, paga 100 e só pode usar 20. Então, seria muito melhor comprar 20, pagar 20, e deixar os 80% para o Governo bancar. Aí ele pode dar para os índios e para os quilombolas, que não têm a obrigação de trabalhar e de produzir. Isso é errado, porque os índios ficam brigando, invadindo terra, insuflados por ideologia e, em parte, pela Igreja Católica, através do Cimi. Eu estou com oitenta e seis anos de idade e nunca vi um investimento que servisse para o índio parar de receber cesta básica e começar a produzir seu próprio alimento. Se ele quer terra, tem de produzir; e, para ele produzir, precisa receber investimento, precisa receber qualificação, a Agraer tem de ir orientá-los, para eles aprendam a manusear as sementes, os adubos, enfim. Senão, eles não vão conseguir produzir. Hoje, para receber um sacolão, o índio depende do Governo Federal, depende do Governo do Estado, independentemente da quantidade de filhos que tem. A cesta que ele recebe dá para quinze dias; e para sobreviver durante os outros quinze dias, ele fica pegando alimento emprestado da vizinha. O Brasil precisa usar, deputado Coronel David, de clareza. Não adianta vir aqui falar de decreto, chamar o produtor de fazendeirada, e dizer que ele precisa apresentar o que esse decreto exige. Isso é o maior

absurdo do mundo. O Código Florestal já determina que, se você não preservar a mata ciliar, você não pode contrair financiamento; se você não tiver os 20% em área já consolidada, você tem que ir lá e comprar cota de outra pessoa, pagar caro e registrar na matrícula. Senão, você não consegue o financiamento. Então, essa resolução, no meu ponto de vista, serve para criar mais um embaraço. A senhora Marina Silva, em uma entrevista, disse que o Lula era ladrão — os vídeos estão aí —; a ex-ministra do Planejamento falou da meia culpa e do roubo do petrolão; o Alckmin disse que o PT quer voltar à cena do crime, e ele é vice do atual presidente... E não sou eu que estou dizendo, os vídeos estão aí para quem quiser assistir. Mas, esta semana, eu fui a Nova Alvorada — e o que é bem feito deve ser elogiado —, e estava lá o representante do meu querido deputado federal Vander Loubet, pessoa que eu estimo; estava lá o secretário do meu querido amigo ex-governador, com quem eu fui deputado por oito anos aqui e nunca criei um embaraço, mesmo tendo pensamento ideológico diferente. A única coisa que eu fiz no governo do Zeca foi ajudar, orientar, dar sugestão, dar ideia. Sabe para quem? Para o pequenininho que trabalha, produz e precisa criar os filhos. Então, fomos lá entregar sabe o quê? Um documento do Incra que se chama CCU. É um documento que demora "um século". Tem gente lá que recebeu o CCU e mesmo assim faz dez anos que não consegue contrair um empréstimo no banco. E tem gente que não tem esse CCU. E quem entrega o CCU é só o Incra. E quero parabenizar o Paulinho, do Incra, que foi lá, depois de anos, entregar o documento para quem está assentado na terra, para quem é pequeno e precisa desse documento para poder contrair financiamento. Então, eu venho à tribuna para defender não apenas a categoria à qual pertenço. Eu nasci como produtor rural, cresci andando a cavalo, trocando boi na estrada, domando cavalo, conduzindo boi, fui empregado de grandes empresas. Tenho saudade dos que já se foram e que foram meus professores no setor do agronegócio. Mas, quando o produtor vai ao banco — e aqui eu digo ao meu colega Zeca do PT, meu colega fazendeiro lá de Dois Irmãos do Buriti, que fala em dinheiro para a fazendeirada —, oferecem a ele 15% de juros ao ano. Nenhum país do mundo consegue pagar 15% ao ano. Os Estados Unidos também estão quebrando porque têm um presidente que, eu acho, não funciona bem da cabeça, com esse negócio de tanta guerra. Para que guerra, se o mundo precisa de paz? Ele está quebrando os americanos. Eles não estão conseguindo comprar comida. Os americanos nunca parcelaram comida no cartão; agora já estão parcelando. Os EUA estão quase no mesmo caminho do Brasil. Esse negócio de Recupera 2 vai pegar o dinheiro do Fundo de Garantia da pessoa, vai tirar da reserva dela e dar para o banqueiro. Seria melhor dar uma anistia geral e irrestrita. O Banco do Brasil, o Bradesco e o Itaú, por exemplo, estão bilionários. O balancete deles apresenta bilhões de reais. Então, por que não dão uma anistia para quem deve no cartão de crédito? O cartão de crédito cobra juros de 14%, 15% ao mês, 600% ao ano. É uma vergonha. O que eu, como deputado, ouço nesta Casa... Porque não é possível: em vez de pegar o dinheiro do Fundo de Garantia do coitado, que lá na frente poderia comprar um bem ou uma casa, faça o decreto e mande os bancos perdoarem essa conta, já que eles estão bilionários. Então, esse Recupera 2, meu querido, está ajudando os banqueiros. Está tirando dinheiro do Fundo de Garantia do coitado e dando para o banqueiro. É uma vergonha o que acontece neste Brasil. E, infelizmente, vendem isso como um projeto político que está beneficiando as pessoas. Não! Quem mata a galinha hoje; amanhã não terá ovo

para fritar. É o que está acontecendo neste Brasil. Meu colega Zeca do PT, fazendeiro, meu vizinho de Dois Irmãos do Buriti, o Governo não dá um tostão para ninguém. O Governo toma de nós 40% de imposto. Metade do tempo em que você trabalha, trezentos e sessenta e cinco dias, só duzentos dias são lucro; cento e sessenta e cinco dias você tem que trabalhar para sustentar o Governo, que não tem equilíbrio de investimento, que gasta mais do que ganha, que está no bolso do Congresso, que está no bolso do Judiciário. Se o Brasil não fizer uma reforma, de modo que cada Poder fique no seu quadrado — o Judiciário para cumprir as leis; o Legislativo para fazer as leis; e o Executivo para não desperdiçar dinheiro, para oferecer saúde, educação e segurança pública que nos tragam prazer —, nós não teremos um futuro. Eu já estou velho, mas tenho meus netos, meus bisnetos, e gostaria de deixar para eles e para o povo mais decente, mais unido, mais trabalhador e mais pacífico do mundo um Brasil melhor. Mas vivemos um momento sem expectativa de futuro. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O discurso retumbante e forte desse homem de oitenta e tantos anos — não vou falar todos, oitenta e cinco, oitenta e seis —, com essa empolgação, essa vontade de trabalhar, essa experiência, faz-nos acreditar que podemos construir um país melhor, um Mato Grosso do Sul cada dia melhor. Registramos e agradecemos a presença do senhor Jaime Echeverria, vereador do município de Jardim; do senhor Rubnes de Oliveira, vereador do município de Amambai; da senhora Teresa, presidente da Câmara de Jardim; da Marilza Bambil, também vereadora do município de Jardim; do senhor Jeferson Aislan, vereador do município de Coxim; do senhor Maurício Helps, vereador de Coxim; e da senhora Simone Gomes, vereadora do município de Coxim. Quero registrar e agradecer, de maneira muito especial, a presença do ex-prefeito João Carlos Krug, que está viajando para Brasília daqui a uns dias. Também quero agradecer a ilustre presença do prefeito Maycon, do município de Paranaíba, a quem cumprimento e parabeno publicamente. Ontem, apresentamos uma moção em reconhecimento à sua solidariedade, coragem e trabalho à frente da gestão de Paranaíba. A iniciativa deste deputado recebeu o apoio e a assinatura de todos os parlamentares desta Casa. Parabéns e obrigado pela presença aqui na Casa da democracia! Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos também a presença do senhor Pedro Brasia, presidente da Câmara Brasil-Portugal em Mato Grosso do Sul. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Passemos às votações. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 305/2023. Autor: deputado Coronel David. "Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Crimes Sexuais no Estado de Mato Grosso do

Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 305/2023, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 274/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Denomina a 16ª Residência Regional da Agesul, com sede no município de Bela Vista, na forma que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 274/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de lei que denomina Engenheiro Fernando Jorge de Barros a 16ª Residência Regional da Agesul, com sede no município de Bela Vista. Vai ao Expediente. Deputado Zé Teixeira, autor desse projeto, eu gostaria de registrar que o engenheiro rodoviário, meu amigo pessoal e seu amigo pessoal também, nos deixou muito cedo. Muito importante essa homenagem que Vossa Excelência está fazendo a ele. Eu não votei, mas gostaria de registrar o meu apreço pela sua propositura. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 276/2025. Autor: deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre o enfrentamento do idadismo no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o autor, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Segundo meu amigo deputado Paulo Duarte, este projeto vem em defesa dos nossos interesses, de todos aqueles que têm 60+ aqui. Nas últimas quatro décadas, o Brasil passou por grandes transformações, em especial com relação ao envelhecimento da população. Conforme o Censo Demográfico de 2022, o total de pessoas com sessenta e cinco anos ou mais no país chegou a 10,9% da população: vinte e dois milhões de brasileiros e brasileiras, com alta de 57% frente ao Censo de 2010, quando esse contingente era de quatorze milhões de pessoas. Em 1980, o Brasil tinha 4% da população com sessenta e cinco anos ou mais, e os 10,9% alcançados em 2022 por essa parcela da população representam o maior percentual encontrado no Censo Demográfico. No outro extremo da pirâmide etária, o percentual de crianças de até quatorze anos era de 38% e passou para 19%. Então, isso demonstra que está havendo um envelhecimento progressivo cada vez maior da população do Brasil, e esses dados apontam que o Brasil, assim como outros países do mundo, caminha cada vez mais para o envelhecimento da população e, com isso, surge a necessidade de preparar a sociedade para esse processo. Muitos são os desafios das políticas públicas para esta nova realidade brasileira, que cada vez mais se apresenta com pessoas de sessenta anos ou mais, abrangendo políticas públicas de geração de renda, previdência, assistência social, saúde, cultura, moradia e lazer, além de medidas de combate à violência e ao preconceito. Então, senhor presidente, inclusive devido ao avanço da medicina, devido às terapias preventivas e às ações de combate às enfermidades, as pessoas com sessenta e cinco anos ou mais estão vivendo com qualidade de vida. E é importante que o poder público pense mais em políticas públicas para atender essa faixa etária da população, fazendo com que as pessoas tenham uma vida ativa e cada vez mais inserida na sociedade, em vários aspectos. Inclusive, eu quero citar aqui um exemplo do supermercado Comper. Não estou aqui fazendo propaganda, mas estou elogiando o supermercado, que contrata pessoas com 65 anos ou mais. Todos podem ver, presidente, nos caixas, pessoas de cabelo branco trabalhando, ativas e produtivas. Então, é um exemplo que deve ser seguido pelo Executivo e também pelo Poder Legislativo. O objetivo com este projeto é incentivar a promoção de políticas públicas para essa faixa etária cada vez maior da população: os 65+. Era isso, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Na verdade, não é nenhuma discussão. Primeiro, é para parabenizar o deputado Pedro Kemp pela proposta. Hoje existe, nos Estados Unidos, um movimento extremamente crescente chamado "Nolt", que significa

New Older Live and Trend. É a nova tendência de viver a maturidade. Então, trata-se justamente de pensar políticas públicas para essa faixa etária. Eu acho que todos nós, mais cedo ou mais tarde, chegaremos a ela. Eu já cheguei. Para aqueles que ainda não chegaram, este é o momento de pensar nisso. E as políticas públicas precisam realmente olhar para a frente, pensar adiante. Eu acho que trazer esta discussão para dentro da Casa é algo importante, para que possamos debater essa nova realidade de forma diferente. É chegar à maturidade com autonomia, com outro perfil e com outro olhar, diferentemente de como era uma ou duas décadas atrás. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Só complementando, senhor presidente e deputado Junior Mochi: o importante é o enfrentamento a todo tipo de exclusão e discriminação das pessoas com mais idade no país. Nós sabemos que ainda existe, no interior de algumas famílias, muitas vezes, esse descaso com as pessoas mais velhas. E há certo preconceito. Incentiva-se muito, hoje, a juventude, o rejuvenescimento, a eterna juventude. E nós precisamos também valorizar, no país, as pessoas com mais idade, as pessoas que já deram grande contribuição a este país e que precisam de respeito e de políticas públicas para que possam viver com qualidade de vida. É isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Muito bem. Encerrada a discussão...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, para discutir. Na verdade, só pegando um gancho aqui na fala do deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo pelo projeto. Ele parabenizou a empresa Comper, que emprega muitas pessoas de mais idade, e eu quero destacar que o Comper emprega também PCDs. Isso é muito bom. E faço aqui uma crítica: no poder público, a gente vê poucos PCDs, aqui na Casa e no Governo do Estado, enfim. Acho que nós precisamos também de uma dedicação maior à inclusão dos PCDs, com políticas públicas direcionadas para atender essas pessoas e suas famílias. É uma sugestão que sempre dou. Defendo muito a causa autista. Sempre falo aqui que a Casa precisa tomar algumas atitudes mais significativas com relação às pessoas com deficiência. E quero, mais uma vez, apelar a toda a Casa para que nos unamos em favor das pessoas com deficiência. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas votam, quero comunicar a Vossa Excelência e a esta Casa que, na condição de presidente da Comissão Permanente de Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Povos Indígenas e Quilombolas,

estou oficiando à Superintendência do Banco do Brasil, e, sistemática e diariamente, vou acompanhar a questão do cumprimento da normativa do Conselho Monetário Nacional, no que se refere à concessão de empréstimo ao agronegócio, exigindo o cumprimento da preservação da área de reserva legal. Segunda coisa, senhor presidente: na mesma comunicação à Superintendência do Banco do Brasil, vou comunicar ao banco que nós queremos que ele atenda com tranquilidade os agricultores da agricultura familiar que vão procurar renegociação das suas dívidas, conforme o programa lançado pelo governo do presidente Lula. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para declaração de voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Quero enaltecer este projeto. Ele se soma a um projeto que a Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Pessoas Idosas tem feito junto com a Universidade Federal, junto com o Conselho Estadual do Idoso, construindo o grande Observatório do Envelhecimento. É uma ação que vai compilar dados de todas as esferas, de forma transversal, e, com isso, haverá uma IA que fará as ponderações e analisará de perto como está ocorrendo o envelhecimento por faixa etária, etnia e vários outros aspectos. Essas informações vão permitir que o envelhecimento seja tratado de maneira mais técnica e que se compreendam melhor as suas peculiaridades. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Em votação.

Projeto de Lei nº 276/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e duas indicações, uma moção de aplauso e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Apresentada pelos deputados Paulo Corrêa, Paulo Duarte e João Henrique, e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Marco Antonio de Moraes Filho. Apresentada pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Miriam Kretschmar Saut." Em



discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h13min).